I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

17 a 20 setembro 2025

Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas

Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi
UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão
PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

CARTA AOS CORAÇÕES DESALENTADOS DO OFÍCIO DOCENTE: CONVOCATÓRIA AO REMEMORAR-SE DA BONITEZA DO SER PROFESSOR(A)

Eduardo Lima de Jesus
Escola Municipal Emília Mila de Castro, Guanambi, BA, Brasil
eduardopedag@gmail.com
Clébison da Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
clebisondasilva@outlook.com
Edileuza Ribeiro Santos
Escola Municipal Emília Mila de Castro, Guanambi, BA, Brasil
ribeirosantosedileuza77@gmail.com
Ozana Pinto Cardoso Nogueira
Escola Municipal Emília Mila de Castro, Guanambi, BA, Brasil
ozana.cardoso6@gmail.com

EIXO 6: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

Estimado coletivo acadêmico da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Guanambi,

Redigimos esta carta em sincera amorosidade, postura esta que é política e ética no trato com os semelhantes de nosso gênero em nossas casas de educadores. Coube à justa, nesta estação, oportunizar a reflexão em respeito aos caminhos docentes, sobretudo no tocante às políticas educacionais, desenvolvimento profissional e precarização do trabalho, como consequência, a fragilização das práticas educativas no atual contexto definido por marcos espaciais e temporais. Este escrito também é um manifesto do esperançar em educação, do resgate à justiça social presente em nossos objetivos humano-formativos.

As mudanças recorrentes nas políticas educacionais observadas nas últimas décadas são reflexo de uma cultura imprecisa do ciclo de políticas em educação. No cenário brasileiro, as ações governamentais se encontram frequentemente cativas a projetos de governo ou de grupos hegemônicos, inclinando-se a uma intervenção célere e efêmera. Gatti (2022) acerca deste fenômeno evoca ao plano visível algumas causas, dentre elas estão as sucessivas adições, alterações e emendas nos dispositivos regulatórios político-educacionais.

Gatti (2002) nos instiga a reflexão a partir de um panorama temporal acerca do lugar ocupado pelas políticas educacionais, constatando que o atual resultado é produto de uma série de acúmulos de irregularidades históricas. Em linhas gerais, até o século XVIII, mal havia escolas públicas; no século seguinte, era possível vislumbrar algumas iniciativas na educação e na formação de professores no tocante às "primeiras letras". Ao avançar das eras, nos anos 1930, lança-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendendo a modernização e a aplicação dos métodos científicos às contrariedades da educação. Apesar desses avanços, nos anos 1950, mais de 50% da população brasileira ainda não era alfabetizada.

Esse movimento de decompor o tecido temporal das políticas educacionais sinaliza historicamente um vazio assistencial à formação qualificada de professores até meados da segunda metade do século XX, sobretudo, aos que centravam sua produção intelectual nos primeiros anos escolares. Posterior à ditadura militar, na década de 80, o país se encontrava em um contexto de redemocratização, emergindo desse período diversas necessidades sociais entrelaçadas ao trabalho, saúde e educação, que eram manifestadas por movimentos sociais e sindicais. Diante de tais pressões, o Ministério da Educação criou o programa dos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), reestruturando o perfil de formação inicial para estender-se à Educação Infantil e aos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Considerando esse apanhado de instabilidades políticas, não é difícil perceber os desafios vivenciados pelos atores que compõem os espaços formais de educação básica no contexto socio-contemporâneo. Isso porque a educação não se reduz à aquisição dos conhecimentos científicos acumulados pelas civilizações ao longo da história da humanidade. Tendo em vista que a escolarização, hoje, ganha um papel social, político e pedagógico, objetivando atender às necessidades de sua comunidade. Retomando o discurso, nos encontramos em contexto de grandes mudanças no fazer pedagógico e de metamorfose das instituições formais de educação básica.

Por isso, carecemos de muita clareza sobre o real papel da escola, evitando ilusões simplificadoras, como evidencia Nóvoa (2022). As reformulações das intenções pedagógicas,

as quais as escolas assumem esse papel político e social, pressupõem a ressignificação da formação inicial e continuada dos profissionais docentes. Segundo o autor:

> Historicamente, os professores aprendiam o seu ofício, nas escolas, junto de um mestre mais experiente. Depois, criaram-se as escolas normais. Mais tarde, as universidades tomaram o papel das escolas normais. [...] Mas nem as universidades, nem as escolas, isoladamente, são suficientes para formar professores. (Nóvoa, 2022, p.73)

Essas mudanças que gradualmente ocorrem no corpo social, exigem que a escola e seus profissionais estejam mais atentos às demandas de seu tempo, a fim de acompanhar os demais setores que, de igual modo, se apropriam desse desenvolvimento científico e tecnológico. Esse cenário nos conduz, por necessidade, a uma formação articulada a tais transformações. Considerando as observações de Nunes e Oliveira (2017), a variação da formação docente se encontra indissociável da natureza das instituições de ensino que a ofertam. Ademais, em diálogo com Libâneo (2001), identifica-se que a ampliação do campo educativo se dá em decorrência de uma sociedade eminentemente pedagógica, onde todos os aparatos e instituições se mobilizam para educar os atores sociais.

Caso não ocorra uma qualificação sistémica do profissional docente, Nunes e Oliveira (2017) pressupõem que o professor pode vir a desapossar-se do entusiasmo pelo exercício da profissão devido à dificuldade em se adaptar às exigências da contemporaneidade, ao passo que será enlaçado pela impossibilidade de analisar mudanças educativas por meio de recursos intelectuais próprios. O desenvolvimento profissional é um imperativo habitável na carreira docente, de modo a ser visto pelo coletivo como uma espécie de sinônimo de formação continuada. Trata-se de um imperativo normativo que designa um amálgama entre desenvolvimento profissional e institucional, atribuindo à consciência do professor a responsabilização pela melhoria da educação geral.

O desenvolvimento profissional, também conhecido por profissionalidade docente, é progressivo e segue ao longo da vida ativa do professor, é regido por dimensões sociopolíticas que envolvem compromisso social e competência profissional. A defasagem intelectual o leva a agir mediante valores pessoais que se tornam ausentes de proposição e saber pedagógico

especializado. Sendo o docente um profissional em permanente (re)construção, lhe é exigido que compreenda as especificidades de sua função, detenha conhecimento específico e pertença a um corpo coletivo. Esta exigência é forçosamente deslocada a um plano contraditório, uma vez que, conforme Gorzoni e Davis (2017), a visão do professor como detentor do conhecimento se tornou ultrapassada, sendo este visto como aquele que "conduz outros ao saber" em uma sociedade eminentemente pedagógica.

Desse modo, o professor passa a ser concebido como mediador do aprendizado, ao passo em que também deve ser um engajador na relação ensino-aprendizagem, considerando as experiências advindas da realidade sócio-histórica de seus sujeitos educacionais. Nesse interim, por estar na ponta de qualquer implementação político-educacional, ele se torna unicamente responsável pelo desempenho escolar de seu alunos. Conforme Gerhardt e Santania (2023, p. 86), a partir da representação docente contida na Base Nacional Comum Curricular, o professor é "mediador enquanto o que irá alcançar, mas responsável pelo sucesso ou fracasso que possa advir dessa mediação". Essa responsabilização ignora as condições necessárias de aprendizado que engloba fatores externos e internos dos sujeitos que compõem o corpo escolar.

Essa lógica produtivista em educação tem, por fio condutor, os valores tecidos pelo capitalismo em nosso sistema de colaboração social mútua, que descentraliza do currículo necessidades humano-formativas que primam pelo bem comum em virtude de habilidades e competências requeridas pelas relações trabalhistas. Nesse sentindo, Castro Neta, Cardoso e Nunes (2021, p. 11) compreendem o desenvolvimento profissional docente como não linear, complexo e contraditório, que é "reflexo das relações marcadas pelo Estado capitalista". Assim, reduz-se o exercício docente a mero trabalho laboral técnico do fazer, que está refém de metas educacionais e avaliações de larga escala, ambas descontextualizadas, além de formar centralmente sujeitos para as relações de trabalho.

Esse movimento de uma pedagogia enquanto receituário abre vias à precarização do trabalho docente e das práticas educativas. Rosenfield (2011), em seu estudo acerca da temática, conceitua precarização como um ambiente de trabalho informal, em que há fragilização social e presença aguda da insegurança. Nesses termos, o autor concebe a precarização profissional como uma institucionalização da instabilidade. Em paralelo com Gorzoni e Davis (2017), é

possível compreender que o currículo feito por especialistas, as coordenadas político-administrativas ao âmbito educacional e as intervenções dos setores econômicos e de determinados seguimentos sociais colaboram para a estigmatização do trabalho como semiprofissão, o que implica em um status de informalidade, como concebido por Rosenfield (2011) em seu estudo.

No tocante às práticas educativas fundamentadas pelos dispositivos institucionais, o profissional docente se vê circunscrito ao currículo em norma, estando impossibilitado de exercer o caráter político e humano da profissão, uma vez que, no atual contexto, denomina-se a dimensão como "doutrinação política e religiosa" ou "descentralização da educação familiar", ignorando que a escola é um ambiente socialmente diversificado, que possibilita a ruptura do diverso enquanto ofensivo. Por conseguinte, fragmentam a educação que ontologicamente tem por incumbência ensinar o gênero humano a se apropriar de sua humanidade, para além daquilo que cientificamente e historicamente é produzido no transcurso de nossa existencialidade, ensinamos para a beleza do porvir.

Para não impermanecer nossas palavras, nestas últimas linhas dedicamos um afago aos corações desalentados do ofício docente, cujos peitos cansados da bravura que é ensinar diante de tamanha desumanização se prostam frente ao amargo coliseu da desvalorização intelectual. No ensaio em capturar um gesto de sorte, lembre-se de Freire (2000) e tenham esperança, não a espera vã, mas a esperança que constitui o agir pelo outro na busca da transformação social. Não se apoquentem com a utopia, ela é a mola propulsora que conduz o nosso esperançar em educação. Apesar dos esforços e da desumanização institucionalizada que nos obrigam a estar à borda da desvalorização social, há prestígio em se ocupar do cuidado e ensino de nossos semelhantes, afinal nós, professores e professoras, nos constituímos um pedaço marcante na formação do ser social.

De peso em amorosidade, dos autores.

Palavras-chave: Desenvolvimento profissional; Formação docente; Políticas educacionais; Precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. Desenvolvimento profissional e precarização do trabalho docente: perspectivas e (des)continuidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 2067–2082, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i3.14842. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14842. Acesso em: 19 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. Canção Óbvia. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GATTI, Bernardete Angelina. Políticas docentes: a história e a efervescência das últimas décadas. **TEXTURA – revista de Educação e Letras**. v. 24 n. 59, jul./set. 2022. p. 36 – 54. Disponível em: Políticas Docentes: a história e a efervescência das últimas décadas | Gatti | TEXTURA - Revista de Educação e Letras. Acesso em: 16 jul. 2025.

GERHARDT, Claúdio; SANTAINA, Rochele da Silva. Base Nacional Comum Curricular nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: representações da docência. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 31, n. 3, p. 74-88, set. 2023. Disponível em: v. 31 n. 3 (2023) | Reflexão e Ação. Acesso em: 19 jul. 2025.

GORZONI, Sílvia De Paula; DAVIS, Claudia. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1396-1413, out. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053144311. Acesso em: 18 jul. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, n. 17, p. 153-176, jan. 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.226. Acesso em: 17 jul. 2025.

NÓVOA, Antônio. **Escolas e professores:** proteger, transformar, valorizar. Colaboração de Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022. 116p.

NUNES, Claudio Pinto; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 66-80, jan. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201604145487. Acesso em: 17 jul. 2025.

ROSENFIELD, Cinara Lerrer. Trabalho decente e precarização. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 247-268, jun. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100012. Acesso em: 19 jul. 2025.